

1
2 **ATA DA 388ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPCP**
3 **REALIZADA NOS DIAS 24 E 25 DE SETEMBRO DE 2012.**
4

5 Aos vinte e quatro e vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e doze,
6 os membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária reuniram-se na
7 sala trezentos e quatro do Edifício Sede do Ministério da Justiça, na cidade de Brasília-
8 DF. Compareceram: Herbert José de Almeida Carneiro (Presidente do Conselho), Vitore
9 André Zílio Maximiano (1º Vice Presidente), Alamiro Velludo Salvador Netto, Alvino
10 Augusto de Sá, Davi de Paiva Costa Tangerino, Luiz Guilherme Mendes Paiva, Marden
11 Marques Soares Filho, Pedro Sérgio dos Santos, Rodrigo Duque Estrada, Augusto
12 Eduardo de Souza Rossini e Suzann Flávia Cordeiro Lima. Justificaram Ausência
13 Fabiana Costa de Oliveira Barreto, Maria Ivonete Tamboril e Milton Jordão de Freitas
14 Pinheiro Gomes. Estiveram presentes os seguintes participantes externos ao Conselho:
15 André Luiz de Almeida e Cunha, Maria V. Gomes, Marcio M. Miranda, Gelson
16 Treesleben, Murilo A. de Oliveira, Marcos Henrique do Carmo, Wellington Coelho,
17 Washington França da Silva, Kezia L. Rodrigues Torres, Nilomar dos Santos Farias,
18 Marcelo Diniz, Cláudio Tosto, Dirceu Augusto Siilva, Mauricio Kuehne, Lourival Gomes,
19 Naum Pereira de Sousa, Fernando Martins, Mara Fregapani Barreto, Tedney Moreira da
20 Silva, Valdirene Daufemback, Luiz Fabricio Vieira e Andresa Porto. Prestaram apoio
21 logístico Jussara Isaac Ribeiro, Kizio Makicelio, Jefferson Alves e Rafael Costa. O
22 Presidente do CNPCP Herbert Carneiro iniciou a reunião saudando a todos os
23 presentes. Em seguida o Presidente do CNPCP informou aos demais conselheiros
24 sobre a nomeação dos novos membros do Conselho, deste modo completando o
25 número legal de membros para o funcionamento do mesmo. Informou o calendário de
26 inspeções prioritárias a serem realizadas ainda no ano de 2012, bem como o novo
27 calendário de 2013 constando nomes e Estados da Federação que serão visitados pelos
28 conselheiros. Em seguida informou que a Doutora Maria Tereza participa da reunião e
29 apresentará a proposta de modificação da resolução nº 09 que trata das Diretrizes de
30 Arquitetônicas para a construção das Unidades Prisionais. A Conselheira Suzann
31 informou que haverá no final de outubro um evento que discutirá arquitetura prisional e
32 gestão prisional, no qual será publicado um artigo encaminhado pela mesma e pela
33 Doutora Valdirene tratando sobre a Resolução nº 09. Disse ainda que foi aprovado o
34 primeiro curso de especialização em gestão prisional sobre arquitetura prisional a ser
35 realizado pela UFAL. Ainda com a palavra solicitou informações sobre a divulgação do

36 prêmio de monografias 2012 sobre arquitetura prisional e foi informada que o material
37 de divulgação encontra-se em fase de confecção para que se proceda a referida
38 divulgação. A Conselheira informou que conseguiu aprovar uma pesquisa sobre os
39 projetos de arquitetura confeccionados com base na resolução nº 09, tendo como
40 objetivo a elaboração do manual de orientação para a elaboração de novos projetos.
41 Disse ainda que houve a divulgação dos dados sobre a diminuição da violência em
42 Alagoas com base no programa de segurança pública – força nacional, momento no
43 qual manifestou preocupação quanto aos índices apresentados. O Conselheiro Rodrigo
44 saudou a todos e disse estar preocupado quanto ao fato de que a secretaria de
45 administração penitenciária do Rio de Janeiro está em pé de guerra com a defensoria
46 pública daquele Estado, tendo em vista ao não atendimento de pedido da defensoria
47 para que a secretaria apresentasse o número exato de presos recolhidos nas unidades
48 superlotadas. O Conselheiro Pedro Sérgio informou sobre a necessidade de realizar as
49 inspeções mais urgentes ainda em 2012, bem como o retorno dos membros do CNPCP
50 aos Estados visitados para a apresentação do relatório em Audiência Pública, com a
51 presença dos diversos órgãos da execução penal, entendo como prioridade a visita ao
52 Estado de Pernambuco. Disse também que o MPGO vem fazendo pressões no sentido
53 de ser agilizado o processo no conselho nacional do ministério público para o
54 afastamento do Senhor Demóstenes, tendo em vista que o mesmo exerce atividades no
55 MPGO. Informou ainda que o MPGO não se manifestou no sentido do afastamento do
56 Chefe da Agência Prisional - Senhor Edmundo, tendo em vista que o mesmo foi a
57 pessoa que contribuiu para a não investigação de fatos ocorridos no caso do Senhor
58 Carlos Cachoeira. Indagou à Conselheira Suzzan sobre a possibilidade de disponibilizar
59 ao Conselho a grade curricular do curso de arquitetura prisional. Falou ainda que na
60 reunião passada havia apresentado uma proposta sobre efeitos da prisão ilegal,
61 momento no qual apresentará o texto sobre o referido tema. O Conselheiro Alvino
62 cumprimentou a todos e comunicou que o Doutor Herbert apresentou palestra sobre
63 execução penal no Brasil, momento no qual parabenizou o mesmo e solicitou que o
64 referido trabalho seja publicado na revista do CNPCP. O Conselheiro Alamiro
65 comunicou sobre o manifesto apresentado pelo IBCCRIM no que se refere a reforma do
66 código penal bem como a existência de diversos outros movimentos, inclusive com a
67 realização no Largo de São Francisco (São Paulo) de um ato em defesa do Direito
68 Penal, contando com a participação de várias instituições jurídicas e sociedade civil.
69 Comunicou ainda que o conselheiro Alvino será homenageado pela Universidade de
70 São Paulo no dia 10/10/2012 na sala da congregação da faculdade de direito da USP,

71 momento no qual convida todos os presentes a participarem do referido evento. Disse
72 que caso haja interesse do doutor Herbert em publicar seu artigo na revista de ciências
73 criminais, ele (Alamiro) se encarregará dos procedimentos necessários junto à Diretoria
74 da referida revista. Informou que conversou com o Doutor Carlos Eduardo Japiassú
75 sobre a possibilidade da republicação do livro sobre Monitoramento Eletrônico, após
76 realizadas as devidas atualizações com o objetivo de uma edição comercial, momento
77 no qual propôs ao Presidente a criação de uma comissão para a operacionalização dos
78 trabalhos. O Conselheiro Davi Tangerino parabenizou o Conselheiro Alvino pela
79 homenagem prestada ao mesmo pela Universidade de São Paulo. O Presidente
80 aprovou a criação da comissão do CNPCP para a reformulação da publicação sobre
81 Monitoramento Eletrônico, ressaltando a importância da criação de regras normativas
82 para a seleção dos presos a serem monitorados eletronicamente. O Conselheiro Vittore
83 informou que participará da homenagem ao doutor Alvino, informou que fez um pleito
84 recente ao Senado para que houvesse a extensão do prazo para apresentação de
85 emendas ao Código Penal, prazo este vencendo no início do mês de outubro. Disse
86 entender necessária a contribuição do CNPCP apresentando emendas sobre a questão
87 da reforma penal, como forma de valiosa contribuição. Informou também que na semana
88 passada acompanhou a Defensora Geral de São Paulo em audiência com o Governador
89 para tratar do Sistema Prisional de São Paulo, tendo em vista o elevado crescimento da
90 população carcerária naquele Estado. Informou sobre a existência de um trabalho de um
91 defensor público da Bahia sobre qual o impacto haveria no sistema prisional com a
92 aprovação do novo código penal, concluindo que ocorreria um aumento de 30 por cento
93 a mais no cumprimento de pena, o que gera preocupação aos administradores do
94 sistema prisional. O Conselheiro Alamiro informou que hoje o que se verifica são dois
95 posicionamentos em relação a reforma do código penal, tendo em vista que até mesmo
96 os membros da comissão entendem que da forma que está não é recomendável que
97 seja aprovado, momento no qual propôs que seja criada no âmbito do CNPCP uma
98 pequena comissão para abordar o assunto. A Sugestão foi prontamente aprovada pelo
99 Presidente do Conselho, tendo designado o Conselheiro Vittore como Presidente da
100 mesma, objetivando a criação de proposta a ser encaminhada ao Senado Federal,
101 devendo participar deste processo a Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério
102 da Justiça. O Conselheiro Pedro Sérgio disse que entende ser pertinente que cada
103 conselheiro possa buscar o governo do seu Estado (na figura do Governador) e procurar
104 sensibilizá-lo no sentido de criar impacto na base parlamentar que votará o projeto de
105 reforma do código Penal. O Presidente do Conselho encerrou os trabalhos e agradeceu

106 a presença de todos. Para constar, lavrou-se a presente ata, redigida por mim, Jussara
107 Isaac Ribeiro.

108

109

HERBERT JOSÉ ALMEIDA CARNEIRO

110

Presidente do Conselho

111

112

113 Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código
114 00012013020700027.

115 Documento assinado digitalmente conforme MP nº- 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves
116 Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

117 Nº 27, quinta-feira, 7 de fevereiro de 2013 *ISSN 1677-7042 27*

118

119